

DOCUMENTAÇÃO PARA CADASTRO- REQUISITADOS
I - DOCUMENTAÇÃO PESSOAL <i>(cópias juntamente com os documentos originais ou autenticadas em Cartório)</i>
- Registro Geral – RG (carteira de identidade)
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Declaração de Regularidade de CPF Dê Ctrlr click para abrir o Link: Declaração de Regularidade de CPF
- Título de Eleitor
- Certidão de Reservista para o sexo masculino, até os 45 (quarenta e cinco) anos de idade
- Comprovante de escolaridade no grau exigido para investidura no cargo ou função ou de grau superior (diploma ou certificado de conclusão do curso)
- Comprovante de Estado Civil, conforme se enumera: 1. Certidão de Nascimento, se solteiro; 2. Certidão de Casamento, se casado; 3. Certidão de Casamento com averbação de divórcio, se divorciado; 4. Certidão de casamento com averbação da viuvez ou certidão de casamento e de óbito do cônjuge, se viúvo; 5. Certidão de casamento com averbação de separação judicial, se separado judicialmente.
- PIS/PASEP/NIS
- Carteira nacional de habilitação, para o cargo de motorista ou oficial de diligências
- Comprovante de registro no órgão profissional competente, para os cargos que exijam a inscrição, conforme previsão do edital ou legislação específica
- Comprovante de endereço atualizado, emitido no máximo até 03 (três) meses anteriores à posse (caso esteja em nome de outrem, apresentar declaração do titular) Obs.: são aceitos como comprovantes de endereço contas de consumo, como: água, luz, telefone fixo, IPTU, contrato de aluguel.
II – DECLARAÇÕES
- de bens e valores(<i>disponível na Coordenadoria de Recursos Humanos</i>)
- de inacúmulo ou acúmulo de cargos(<i>disponível na Coordenadoria de Recursos Humanos</i>)
- dos entes públicos ou órgãos jurisdicionais em que tenha trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos, com a informação de que não foi demitido ou exonerado a bem do serviço público)
- de inexistência de relação familiar ou parentesco que importe em prática vedada na Súmula Vinculante nº 13 do STF e Ato nº 535, de 07 de dezembro de 2017(<i>disponível na Coordenadoria de Recursos Humanos</i>)
- de não exercício da advocacia privada, conforme vedação prevista na Lei nº 2.252, de 16 de dezembro de 2009(<i>disponível na Coordenadoria de Recursos Humanos</i>)
- de cor/raça(<i>disponível na Coordenadoria de Recursos Humanos</i>)
III - CERTIDÕES

- Justiça Federal:

Dê Ctrl e click para abrir o Link: [Certidão Federal](#)

- Orientações para preenchimento:

Emitir os dois Tipos: Cível e Criminal

Para cada tipo de Certidão (Cível e Criminal), deve-se selecionar um órgão: Escolher a última opção “**Regionalizada (1º e 2º Graus)**”

- Justiça Eleitoral (quitação eleitoral e crimes eleitorais):

Dê Ctrl e click para abrir o Link: [Certidões Eleitorais](#)

1) Certidão de Quitação eleitoral (emitir no menu “Certidões”)

2) Certidão de Crimes eleitorais (emitir no menu “Certidões”)

- Justiça Militar da União e do Estado:

Dê Ctrl e click para abrir o Link: [Certidão Negativa da Justiça Militar da União \(STM\)](#)

- Cível e criminal do Poder Judiciário onde residuiu nos últimos 5 (cinco) anos e Justiça Militar do Estado:

- Orientações para preenchimento: Marcar a opção “Competência Geral” para os dois links abaixo.

1) 1º Grau – Certidão de Distribuição Ações e Execuções Cíveis, Criminais e Justiça Militar. Dê Ctrl e click para abrir o Link:

[Emissão Certidão de 1º Grau](#)

2) 2º Grau – Certidão de Distribuição Ações e Execuções Cíveis e Criminais.

Dê Ctrl e click para abrir o Link:

[Emissão Certidão de 2º Grau](#)

- Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado:

1) TCU - Certidão Negativa de Contas Julgadas Irregulares

Dê Ctrl e click para abrir o Link: [Certidão Negativa de Contas - TCU](#)

2) TCE/TO - Certidão Negativa de Contas

Dê Ctrl e click para abrir o Link: [Certidão Negativa de Contas - TCE TO](#)

- Conselho Nacional de Justiça (improbidade administrativa e inelegibilidade):

Dê Ctrl e click para abrir o Link:

[Certidão Improbidade ADM - CNJ](#)

- Conselho ou órgão profissional competente, se o cargo exigir o registro profissional

IV - OUTROS

- 01 foto 3 x 4 (recente)

- Comprovante recente, como titular, de conta corrente, individual, em banco conveniado com a Defensoria Pública do Estado do Tocantins (*Banco Bradesco*)

Obs: não é aceito conta digital/next

- Encargos Financeiros do órgão de origem, devendo conter as seguintes informações:

- Ato de cessão
- Remuneração/Descontos/Contribuição Previdenciária/Dependentes
- Informação referente ao pagamento do 13º salário
- Informações de Férias(informar o último período aquisitivo já gozado)
- Código CBO do cargo efetivo
- Matrícula órgão de origem
- CNPJ do Órgão de Origem
- CNPJ e dados bancários do Fundo do Previdência dos Servidores, no caso de Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

- Histórico/Extrato de férias

- Lei referente a criação do cargo efetivo